

Os efeitos da pandemia de COVID- 19 sobre o trabalho das professoras pesquisadoras de Relações Internacionais

The COVID-19 Pandemic effects on International Relations graduate female research professors.

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113846>

Beatriz Azevedo Coutinho

Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

beatrizazevedoc@gmail.com  

Laira Rocha Tenca

Instituto de Ciência Política na Universidade de Brasília (IPOL- UnB), Brasília, Brasil

lairatenca@gmail.com  

Cecília Soares Mombelli

Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

ceciliamombelli@gmail.com  

Resumo

O artigo tem como propósito analisar os efeitos dos primeiros meses de pandemia do Covid-19 sobre a o trabalho das professoras pesquisadoras de pós-graduação em Relações Internacionais do Brasil, contribuindo para a crescente literatura sobre gênero e ciência e Covid-19. A nossa hipótese é de que a pandemia acentuou as desigualdades de gênero na ciência, afetando a produtividade acadêmica dessas professoras. Para tanto, foi enviado um questionário online em agosto de 2020, com o objetivo de coletar dados sobre as condições de trabalho, a realidade doméstica e produtividade das pesquisadoras diante do fechamento das universidades e a adoção do trabalho remoto. Para apresentar nossa pesquisa, o artigo foi dividido em quatro partes. A primeira, é uma revisão sobre a disparidade de gênero na ciência. A segunda, versa sobre os efeitos da pandemia sobre a produtividade acadêmica das mulheres. A terceira apresenta a metodologia. Finalmente, a quarta foca em uma discussão sobre o perfil das professoras e os resultados. A análise dos dados aponta que questões estruturais como a jornada dupla ou tripla das docentes foi agravada nesse período e a carga de trabalho expandida. Além disso, a pandemia impactou negativamente na saúde mental delas e prejudicou a produção de ciência.

Palavras-chave: Pandemia COVID-19; Produtividade acadêmica; Relações Internacionais; Gênero e ciência;

Abstract

The paper aims to analyze the effects of the first months of the COVID-19 pandemic on Brazilian International Relations graduate female research professors' work. Thus, it contributes to the expanding literature on Gender and Science, and COVID-19. We hypothesized that the pandemic deepened gender inequality in academia science. Thus, it had an impact on female professors' productivity. In August 2020, we sent an online questionnaire to the female professors. Our goal was to collect data on their working conditions, households, and research productivity in this period of university closures and remote work. In order to introduce our research, the article is divided into four sections. The first section provides a literature review on Gender and Science. The second section exams the pandemic effects on female researchers' academic productivity. The third section is a methodological description. Finally, on in the last fourth section, we analyze the female professors' profile and the research results. Our findings revealed that structural inequalities were intensified. Female professors' workload increased as well as their double or triple journeys. Beyond that, the pandemic had a negative impact on their mental health and undermined their scientific production.

Keywords: COVID19 pandemic; Gender and Science; Academic productivity; International Relations;

Recebido: 11 maio 2021
Aceito: 20 agosto 2021

As autoras agradecem a contribuição de Kelly Komatsu Agopyan e Mariana Almeida Silveira Corrêa para a realização da pesquisa.

Conflitos de interesse: As autoras não reportaram potenciais conflitos de interesse



Introdução

No Brasil, a produção acadêmica e científica de mulheres pesquisadoras é historicamente menor que a de pesquisadores homens (MENDES; FIGUEIRA, 2017). Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores estruturais que impedem e restringem a inserção delas no ambiente acadêmico. O desfecho é a conciliação compulsória de jornadas duplas ou triplas que inviabilizam a dedicação à pesquisa. A hipótese apresentada neste artigo é que a pandemia de Covid-19 agravou a desigualdade de gênero, impactando negativamente nas pesquisadoras e professoras. Por meio de um *survey* e pesquisa qualitativa, analisamos os efeitos da pandemia nas docentes e pesquisadoras de programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. O estudo está inserido na literatura de Gênero e Ciência e Pandemia.

O fechamento de universidades e centros de pesquisa condicionou o trabalho acadêmico ao ambiente doméstico, um espaço historicamente feminino. Em 11 de março de 2020, a declaração de pandemia do vírus Sars -covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) colocou o mundo em alerta para a velocidade do contágio e os riscos que isso representava para todos os países do mundo. Algumas medidas para evitar a proliferação da doença foram tomadas no Brasil, procurando conter o avanço do número de casos. O fechamento do comércio e dos estabelecimentos de ensino, o cancelamento de voos e as restrições à circulação de pessoas foram iniciativas tomadas pelos governos locais para evitar surtos da doença e sobrecarregar o sistema hospitalar. Nesse sentido, universidades e centros de pesquisas suspenderam as atividades presenciais e migraram, ao longo do ano, para plataformas online, como alternativa para não interromper a realização de aulas, procedimentos burocráticos e produção científica. As mulheres pesquisadoras, que outrora tinham a diferenciação de espaços físicos entre trabalho e lar, público e privado, como um instrumento que tornava, em certa medida, viável a produção acadêmica e a divisão (desigual) de atividades referentes ao cuidado reprodutivo, foram surpreendidas pela unificação espacial das esferas de suas vidas: trabalho e casa. Entender os resultados desse evento, para o grupo social que apenas no último século alcançou o direito a acessar a esfera pública (PATEMAN, 1988), é a preocupação central deste trabalho.

Para compreender como a pandemia afetou na disparidade de gênero, o artigo está estruturado em quatro seções. Primeiro, apresentaremos a literatura sobre Gênero e Ciência para compreendermos os fatores que fomentam a desigualdade de gênero na academia. Em um segundo momento, demonstraremos os efeitos da pandemia sobre a produtividade acadêmica das pesquisadoras. Assim, indicaremos estudos e dados que comprovam a influência dessa emergência sanitária no trabalho delas. Em seguida, na seção de metodologia, explicaremos as variáveis analisadas no nosso *survey*. Por fim, baseado nesses dados e em pesquisas qualitativas, faremos uma análise do perfil de nossas entrevistadas. Enceraremos com um exame sobre como necessidades de isolamento social, quarentena e mudanças de rotina causadas pela pandemia de Covid-19 afetaram a produção acadêmica das professoras pesquisadoras de Relações Internacionais. Ao final, retomaremos nossas observações a título de conclusão.

A Disparidade de Gênero na Ciência: os obstáculos estruturais da atividade laboral

A disparidade de gênero tornou-se um assunto frequente na literatura acadêmica, reconhecida enquanto problema humanitário por organismos internacionais e governos (ONU, 1979; 1993; 2018), devido a mobilização de movimentos sociais e políticos em prol dos direitos das mulheres. Em algumas sociedades, as divisões hierárquicas de poder baseadas no sexo restringiram as mulheres ao âmbito privado e destinaram exclusivamente a elas as principais responsabilidades não remuneradas do trabalho doméstico e reprodutivo (PATEMAN, 1988; COELHO; ELIAS; SANTOS, 2019; FEDERICI, 2019). Durante séculos, as mulheres lutaram por emancipação e demandaram direitos iguais. No entanto, quando elas alcançaram o direito de acessar a esfera pública, através do direito ao voto e ao trabalho, não houve uma redefinição da divisão sexual do trabalho. Logo, elas vivem jornadas duplas ou triplas enquanto os homens, de maneira geral, se ocupam primordialmente com o trabalho “produtivo”.

A universidade não apenas é impactada por esse cenário, como também reproduz esse mesmo padrão. Como resultado, as mulheres têm mais dificuldade de chegar ao topo da carreira acadêmica, ao serem obrigadas a conciliar o desempenho de suas atividades laborais com infinitas atividades não-remuneradas e invisíveis, ou seja, impedidas por um “teto de vidro”. Quando consideramos não apenas as problemáticas materiais de existência das pesquisadoras mulheres como também o próprio campo do saber científico, esse contexto apresenta raízes ainda mais profundas, haja vista que a própria ciência, por vezes, constitui-se como obstáculo. A universidade e o conhecimento científico foram forjados, ao longo da história, como saber masculino e suas próprias epistemologias e cosmovisões não estão em diálogo com a existência feminina (SEDEÑO; CORTIJO, 2001; SEDEÑO, 2018).

Na produção do conhecimento, a definição do que é ciência - suas metodologias, suas técnicas e suas métricas de análise - é supostamente considerada neutra. Contudo, sob uma perspectiva crítica feminista, esses elementos foram pensados por e para homens (COELHO; ELIAS; SANTOS, 2019). Connell e Messerschmidt (2013) argumentam que, através do tempo, inúmeras teorias, supostamente baseadas em biologia, cultura e história, fortaleceram as masculinidades hegemônicas, que são práticas que fortalecem a dominação de homens sobre mulheres e homens não-hegemônicos. Na prática, homens, independentemente de suas características pessoais, constroem papéis sociais que os beneficiam. Além disso, eles criam leis, estruturas, instituições e processos que consolidam esse poder. A marginalização e exclusão das mulheres da produção de conhecimento científico reflete na relativa falta de atenção às questões de pesquisa relevantes para a vida das mulheres, gerando dois tipos de inequidades: limitações na liberdade de participar, refletidas na sub-representação histórica das mulheres nas profissões científicas e acadêmicas, e a relativa falta de atenção às questões de pesquisa relevantes para a vida das mulheres (CRASNOW et al, 2015).

As masculinidades hegemônicas estão presentes em diversas esferas como a local (família e comunidade), regional (cultura e Estado) e global (política transnacional, academia, comércio e mídia) e constroem as condições de trabalho, a subjetividade e a imagem do que é um “cientista” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Isso se traduz nas divisões entre os âmbitos público e privado, entre trabalho produtivo e reprodutivo e entre papéis aceitáveis ou não para cada gênero. Por séculos, as mulheres foram proibidas de estudar, de trabalhar, de produzir pensamento crítico e ciência, pois eram consideradas intelectualmente inferiores e socialmente inadequadas para certas funções. Esses estigmas ainda são fatores que impactam na inserção da mulher na academia hoje, como discutiremos a seguir (COELHO; ELIAS; SANTOS, 2019). Alguns estudos assinalam que os vieses inconscientes associados às funções “masculinas” e “femininas” influem nesse processo (MENDES; FIGUEIRA, 2017; VAN DEN BRINK; BENSCHOP, 2012).

Pioneiras como Alice Rossi (1965), Eulalia Pérez Sedeño (2001) e Fanny Tabak (2002) já investigavam esse fenômeno. Rossi apontou, em 1965, para a baixa representatividade das mulheres nas ciências exatas nos EUA e identificou, como uma das causas para a baixa presença de mulheres, a influência da sociedade e da família, que incentivavam mulheres a valorizar assuntos domésticos, como marido e família, a persistirem na carreira científica. Tabak (2002) mostrou que, apesar do ingresso em massa de estudantes mulheres nas universidades brasileiras, entre 1970 e 1980, elas continuaram candidatando-se aos cursos “tradicionais”, mesmo diagnóstico de Rossi.

Nesse sentido, Tabak afirma que os fatores que definem esse cenário são “a persistência de uma forte influência de estereótipos sexuais na educação, bem como uma sociedade patriarcal ainda dominante” (TABAK, 2002, p. 15). Esses “estereótipos” atuam de forma diversa e, muitas vezes, manifestam-se como constrangimentos sociais e culturais. Mendes e Figueira (2017) demonstram que eles podem resultar na falta de apoio familiar tanto no âmbito econômico quanto no emocional. Relatos colhidos por Rosemary Curb e Nancy Manaham, no livro “As Freiras Lésbicas: Rompendo o Silêncio” (1988), mostram que o constrangimento econômico e social para que mulheres não participassem da esfera acadêmica e científica é tamanho que muitas encontraram na clausura dos conventos a única forma de desempenhar estudos acadêmicos.

Como demonstrado, os processos históricos e sociais têm impacto na atual desigualdade de gênero na ciência. Esse cenário é corroborado pela discriminação que as pesquisadoras sofrem tanto no âmbito individual quanto no institucional. No primeiro caso, as acadêmicas sofrem práticas com o *mansplaining*¹, *manterrupting*², assédio moral ou sexual. Na maioria dos casos, as instituições ainda não desenvolveram protocolos para lidar com isso, ou as pessoas em posição de poder para acolhê-las não são preparadas ou não possuem interesse em fazê-lo, seja por crenças pessoais ou para proteger a instituição (MONROE et al., 2008). Já a discriminação institucional é mais difícil de ser detectada. Em geral, ela se inicia na abertura de processos seletivos. As candidatas à pós-graduação têm dificuldade de serem bem sucedidas na proposição de projetos menos tradicionais ou trazerem novas abordagens (CORTIJO; SEDEÑO, 2001). Já as candidatas à docência, em algumas ocasiões, entram em processos seletivos com editais tendenciosos, ou seja, a vaga e as qualificações requeridas foram pensadas visando a um candidato ou a um grupo (VAN DEN BRINK; BENSCHOP, 2012). Esse tipo de processo tende a favorecer a “rede dos velhos amigos”, o mesmo se dá em citações acadêmicas onde homens tendem a citar outros artigos cujo autor é homem, resultado também do Efeito Mateus, descrito por Robert K. Merton (1968) (COELHO; ELIAS; SANTOS, 2019).

Ainda durante o concurso ou processo de contratação, as pesquisadoras têm seus currículos avaliados de acordo com padrões que privilegiam a produtividade acadêmica - o número de livros e artigos publicados - e o fator de impacto - o quanto o artigo é citado e têm proeminência nas principais revistas (MONROE et al., 2008; VAN DEN BRINK; BENSCHOP, 2012). As pesquisadoras, na maioria das áreas, desempenham uma performance inferior à dos homens nesses dois quesitos, como resultado direto do cenário de desigualdades sociais e de escassez de oportunidades. De forma geral, elas são menos citadas, têm menos publicações em revistas de alto impacto e não são consideradas referências em suas áreas, logo estão pouco presentes nos programas das disciplinas (MITCHELL; LANGE; BRUS, 2013). Ainda, a falta de uma massa crítica (TABAK, 2002) - número significativo de autoras e citações - e métricas supostamente neutras resultam na baixa valorização do trabalho de pesquisa delas (COELHO; ELIAS; SANTOS, 2019). Outras atividades, como docência, orientação, atividades administrativas, impactos diversos dos resultados das pesquisas e projetos de extensão, são pouco valorizadas nesses processos (MONROE et al., 2008; VAN DEN BRINK; BENSCHOP, 2012).

Em outras palavras, os professores homens focam seus esforços em atividades que trazem maiores recompensas à carreira, enquanto as professoras têm que se adaptar as regras, desempenhando funções pouco valorizadas, mas fundamentais para o funcionamento da universidade e dos centros de pesquisa. Devido às jornadas duplas e triplas, elas dedicam menos tempo à pesquisa, que, por sua vez, só é validada se seguir as métricas enviesadas.

Como se não bastasse, na etapa de entrevistas, as pesquisadoras são julgadas por suas personalidades, características físicas e vestimentas. Mulheres consideradas frágeis ou femininas demais muitas vezes são avaliadas como incapazes de exercer o cargo. Por outro lado, mulheres que não performam feminilidade e não apresentam as características estereotipadas de docilidade e fragilidade, são interpretadas como “grosseiras”, “rudes”, “assertivas demais”, de forma pejorativa e degradante (RICH, 2019). Um outro fator que pode contribuir para que a professora não seja contratada é se o avaliador adota uma postura de masculinidade paternalista, ou seja, ele acredita que as mulheres não deveriam se expor a um trabalho tão desgastante e pesado, que vão afastá-las da família. Além disso, Monroe et al. (2008) e Van Den Brink e Benschop (2012) apontam que alguns recrutadores carregam uma percepção de que elas não vão conseguir se adaptar a maneira “como as coisas funcionam”. Em outras palavras, as pesquisadoras precisam se adequar à visão e ao comportamento que os homens querem que elas tenham, mesmo que essa expectativa seja irreal e inconciliável, baseada apenas em estereótipos de gênero que se tornaram crenças coletivas.

¹ Termo em inglês que caracteriza o comportamento de homens que acreditam ser necessário explicar algo para uma mulher por partir da premissa de que ela não possui capacidade para compreender o que foi dito.

² Termo em inglês que caracteriza o comportamento de um homem de interromper sistematicamente a fala de uma mulher. Por vezes, esse homem tenta de forma simplista explicar e se apropriar do conteúdo que ela acabou de expor.

Mesmo após a contratação ou aprovação em concurso, a maioria das professoras molda-se ao *modus operandi*. Monroe et al. (2008) surpreenderam-se com essa constatação, porém as autoras compreendem que, sem essa postura, a vida dentro da universidade e o sucesso acadêmica seria inviável. O estudo revela que a pressão sobre as pesquisadoras é tão extenuante que algumas evitam usufruírem de políticas e ações que poderiam beneficiá-las por receio de serem estigmatizadas. Por exemplo, algumas deixam de pegar licença maternidade, de estender prazos, e de aceitar bolsas ou cadeiras exclusivas para mulheres. Estudos indicam ainda que as professoras costumam ter carreiras menos lineares ou ocupadas com outras atividades além da pesquisa. Isso, somado aos demais fatores citados, faz com que elas demorem mais a progredir na carreira e tenham menos acesso a financiamentos (MONROE et al., 2008; VAN DEN BRINK; BENSCHOP, 2012).

As dificuldades enfrentadas no âmbito institucional transbordam para a produção científica e para a divulgação das pesquisas. Maliniak, Power e Walter (2013) analisaram os padrões de citações na literatura internacional de Relações Internacionais (RI) de homens e mulheres em artigos publicados nos doze principais periódicos de RI revisados por pares durante o período 1980–2006. Os autores constataram que artigos escritos por mulheres são citados consistentemente menos do que artigos escritos por homens. Isso é especialmente verdadeiro no caso de mulheres que ainda não ganharam estabilidade em seus cargos. O estudo também demonstra que as mulheres estão mais concentradas na periferia da rede de RI, onde seus trabalhos são citados com menos frequência pelos autores dos trabalhos mais referenciados. Essa situação coloca as mulheres em desvantagem no que se refere a estabilidade profissional, promoção na carreira e progressão salarial, pois citação em outros trabalhos é uma das principais métricas para avaliar o trabalho de pesquisa.

Nas revistas brasileiras, mulheres publicam menos do que os homens. O mapeamento da participação das mulheres na produção acadêmica de Relações Internacionais realizado por Coelho, Elias e Santos (2019), usando como base os artigos publicados entre 1997 e 2018 nas revistas Contexto Internacional e RBPI, apontou essa diferença. Os resultados indicaram que os homens publicaram, em média, entre 2,5 e 3 vezes mais que as mulheres. Ao longo da trajetória de 21 anos das revistas, houve crescimento no número de artigos publicados, decorrente da expansão do campo, o que não significou uma igualdade de publicação entre homens e mulheres. Quando analisadas as publicações por gênero, autoria e coautoria, a distinção manteve-se constante. Os homens possuíam uma chance 2,6 vezes maior de serem os primeiros autores e 2,31 vezes de primeira coautoria.

Apesar desses fatores, as mulheres têm ingressado cada vez mais nos cursos de graduação (BARRETO, 2014). Porém, a proporção entre mulheres e homens vai caindo conforme a progressão da carreira acadêmica, produzindo o *leaky pipeline effect*³ (COELHO; ELIAS; SANTOS, 2019; VAN DEN BRINK; BENSCHOP, 2012). Como bem resumiu Fanny Tabak, em artigo publicado em 2017: “Apesar dos avanços - Obstáculos ainda persistem”.

Essa seção teve como objetivo situar as desigualdades estruturais que permeiam a realidade das pesquisadoras e docentes em todos os campos dos saberes científicos, com o intuito de corroborar a hipótese de que a pandemia criou cenários que agravaram os efeitos danosos de uma estrutura social e econômica desigual já vigente. A seguir, introduziremos alguns estudos recentes que apontam nesse sentido. Na sequência, abordaremos a metodologia e os dados de nossa pesquisa.

Os efeitos da pandemia sobre a produtividade acadêmica de mulheres

As disparidades de gênero na academia foram acentuadas com a emergência da pandemia e a necessidade de isolamento social. Restritas ao lar e sem espaço adequado para trabalho, a produtividade acadêmica feminina sofreu uma queda. Estudos em andamento demonstram baixa na submissão de artigos acadêmicos por mulheres em áreas de

³ O termo em inglês significa, em tradução livre, “efeito do oleoduto que vaza”. Ele evidencia que as mulheres vão sendo desviadas do curso de ascendência acadêmica e nem todas chegam ao final, o que ocorreria devido as desigualdades de gênero descritas nessa seção.

conhecimento distintas. Squazzioni et al, (2020), ao estudarem as bases de dados da Elsevier entre fevereiro e maio de 2020 (primeiros meses da pandemia), apontaram que, apesar do envio de manuscritos ter aumentado nesse período, as mulheres enviaram menos artigos do que os homens. Isso ocorreu especialmente nas áreas de pesquisa onde a produção acadêmica foi maior durante a pandemia, como saúde e medicamentos. Deryugina, Shurchkov e Stearns (2021) analisaram o uso do tempo de pesquisadores acadêmicos utilizados para pesquisa antes e depois das interrupções causadas pelo COVID-19. Para realizar sua pesquisa, as autoras enviaram um questionário por e-mail para aproximadamente 900.000 indivíduos que publicaram pelo menos um artigo acadêmico nos últimos cinco anos. Os dados sugerem que os efeitos adversos de produtividade de curto prazo da pandemia afetaram desproporcionalmente as acadêmicas do sexo feminino com filhos. As maiores lacunas de gênero surgiram para aqueles com crianças pequenas.

No Brasil, a Revista Dados chamou atenção para a queda de submissão de artigos por mulheres no segundo trimestre de 2020, quando a pandemia estava em andamento (CANDIDA; CAMPOS, 2020). A porcentagem de mulheres que assinaram como autoras ou coautoras, independente da ordem de autoria, foi de 28% (o trimestre estava em andamento no momento do levantamento dos dados). Entre 2016 e o primeiro trimestre de 2020, a média de artigos em que mulheres eram coautoras ou autoras foi de 40.8%.

Os índices são ainda mais baixos quando se observa a porcentagem de submissão de mulheres como primeiras autoras. Entre 2016 e o primeiro trimestre de 2020, elas correspondiam a 37%, enquanto, no segundo trimestre de 2020 (durante a pandemia), apenas 13%. O levantamento inicial do projeto “Parent in Science” (2020), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reforçou a dificuldade enfrentada por mulheres no início da pandemia. De acordo com o estudo, entre os mais de três mil respondentes, apenas 4,1% das pesquisadoras com filhos estavam conseguindo trabalhar normalmente na quarentena, contra 14,9% dos pesquisadores com filhos. Em relação à submissão de artigos científicos, os dados apontam que 61,1% dos pesquisadores pais (de crianças de menos de 1 ano) estão conseguindo publicar normalmente, contra 32% das pesquisadoras mães. A discrepância continua mesmo quando os filhos são mais velhos (entre 1 e 6 anos de idade): apenas 28,8% das mães pesquisadoras estão publicando normalmente na quarentena, contra 52,4% dos pais pesquisadores.

Essas pesquisas indicam que a pandemia aprofundou a diferença de papéis entre homens e mulheres pesquisadores já existente no desempenho de suas funções laborais. Contudo, os dados não são apresentados por área ou campo específico do conhecimento. Nesse sentido, a especificidade do campo das Relações Internacionais - seu caráter multidisciplinar e sua forte relação com espaços de poder e definições de políticas públicas e externas - levantou o interesse das autoras desse artigo em analisar a realidade das cientistas de Relações Internacionais em sua singularidade. Para compreender como a pandemia afetou a realidade delas, levando em consideração as desigualdades de gênero inerentes ao campo científico, o artigo analisa as diversas dimensões da vida dessas mulheres: a produtiva, a saúde mental, a realidade socioeconômica, o trabalho reprodutivo e a maternidade.

Metodologia

Com as mudanças trazidas pela pandemia de Covid-19, o Grupo de Pesquisa MaRIas, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo⁴, realizou um levantamento com as docentes dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Brasil, para identificar se as dificuldades impostas pela desigualdade de gênero em suas atividades laborais foi agravada com a crise sanitária. Desenvolvemos e aplicamos um *survey* a fim de identificarmos a situação de trabalho e os efeitos da quarentena na vida acadêmica de mulheres docentes de Relações Internacionais nos primeiros meses de pandemia. O nosso principal objetivo foi compreender se a mudança do ambiente

⁴ O *survey* foi gestado no interior do Grupo de Pesquisa pelas pesquisadoras Beatriz Coutinho, Cecília Mombelli, Kelly Agopyan, Laira Rocha Tenca e Mariana Corrêa.

de trabalho e adaptação à novas formas de ensino tiveram efeito no trabalho acadêmico dessas professoras, em especial na produtividade delas, uma vez que a produtividade é a principal métrica de avaliação e de progressão na carreira acadêmica.

O trabalho focou nas professoras dos PPGRIs, tendo em vista ser esse o espaço de produção de conhecimento científico e de formação de pesquisadores dessa matéria no Brasil. O estudo, que utilizou metodologia quantitativa e qualitativa, contribui com a literatura crescente sobre o campo de Ciências Políticas e Relações Internacionais do Brasil, somando-se aos trabalhos de Mendes e Figueira (2017), Coelho, Elias e Santos, (2019) e Baccarini, Minillo e Alves (2019) no esforço de apresentar dados consistentes sobre as disparidades entre homens e mulheres existentes nessa área de conhecimento e embasar a reivindicação de direitos e melhorias nos departamentos, podendo viabilizar a equidade de gênero dentro da área.

De acordo com a CAPES, existem 89 cursos de pós-graduação na grande área de Ciência Política – Relações Internacionais. Dentre esses, selecionamos 17 PPGRIs através dos seguintes critérios: (1) ter programa de mestrado e ou doutorado *stricto sensu* em Relações Internacionais ou área correlata como Defesa ou Econômica Política Internacional; (2) ter ao menos uma dissertação defendida. Desta forma, não analisamos as docentes que trabalham em PPG de Ciência Política com ênfase em RI, nem as que lecionam em instituições militares.

O questionário online foi dividido em cinco seções: informações gerais, filhos e dependentes, trabalho doméstico, saúde mental e produtividade. O objetivo do questionário foi identificar como as condições de trabalho no lar, a presença de filhos ou dependentes, complexificadas pela necessidade de cumprir quarentena e isolamento social, tiveram impacto sobre a produção de conhecimento científico de mulheres nos primeiros meses de trabalho remoto.

A opção pelo foco nas publicações deve-se ao fato de esta ser uma das principais métricas de produtividade de pesquisadores para a concessão de bolsas, financiamento de pesquisa e promoções na carreira. O formulário foi enviado por e-mail às 88 docentes dos PPGRIs, em agosto de 2020. Ele ficou disponível online por 3 semanas e obteve um total de 45 respostas, um número que corresponde a 55% do público que o recebeu. A análise dos dados aponta que questões estruturais, como a jornada dupla ou tripla das docentes, foram agravadas nesse período e a carga de trabalho expandida. Além disso, a pandemia impactou negativamente na saúde mental delas. A seguir, faremos a exposição e análise dos dados da pesquisa.

Discussão e Resultados

As acadêmicas de Relações Internacionais no Brasil: um retrato de múltiplas desigualdades

As professoras entrevistadas majoritariamente são originárias da região sudeste do Brasil (60%), seguidas por 20% de sulistas, 11% de estrangeiras, 4% nordestinas e 4% oriundas do centro-oeste. 57,8% das entrevistadas tiveram que se deslocar por causa da docência. Esse fenômeno pode ser explicado, em parte, pela distribuição dos 17 PPGRIs brasileiros. 52,94% (9) deles ficam no Sudeste, 23,52% (4) no sul, 17,64% (3) no nordeste e 5,88% (1) no centro-oeste. 41,4% dos PPGRIs estão concentrados em duas capitais: Rio de Janeiro e São Paulo. Em contrapartida, não há PPGRIs na região norte.

Além da desigualdade regional, a desigualdade racial também é uma marca do perfil social do corpo docente dos PPGRIs. 80% das professoras entrevistadas consideram-se brancas, 11,1% pardas, 8,9% mestiças, amarelas ou mexicanas, porém nenhuma se declara negra. Ou seja, as mulheres não-brancas têm restrições ainda maiores de chegar a altos cargos no ensino superior. O resultado de nossa amostra é diretamente proporcional às docentes de todos os programas de pós-graduação (PPGs) no Brasil, segundo os dados do Censo da Educação Superior 2018, da Capes (SILVA, [ca 2020]). De acordo

com documento, apenas 2,4% das docentes são negras, 12,7% pardas, 2% amarelas e 0,3% indígenas.⁵ Já as brancas representam 82,7% do total.

As professoras respondentes atuam em diferentes tipos de instituições. 13% delas trabalham em instituições privadas localizadas no Sudeste, 31% em universidades públicas estaduais e a maioria (56%) em universidades públicas federais, demonstrando que as universidades públicas permanecem como os grandes polos de pesquisa no país. O poder público também é um dos principais responsáveis pelo fomento à pesquisa. Agências como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) são um dos principais financiadores de pesquisa no país. As bolsas de produtividade em pesquisa (PQ)⁶ são fundamentais para a ascensão de pesquisadores e pesquisadoras na carreira, pois elas lhes conferem notoriedade. Apenas 20% das nossas entrevistadas recebem esse tipo de bonificação. Dessas, 22% são estrangeiras. Essas bolsas reforçam as métricas internacionais de produtividade e fator de impacto, ou seja, elas fortalecem um modelo de avaliação enviesado, como já discutimos anteriormente (MONROE et al., 2008; VAN DEN BRINK; BENSCHOP, 2012).

Estudos apontam que as pesquisadoras brasileiras seguem o padrão internacional. Elas costumam desempenhar mais funções que possuem pouco reconhecimento na métrica de produtividade, o que dificulta o acesso às bolsas de produtividade. Em geral, elas orientam mais projetos de iniciação científica - o que é pouco valorizado pelo CNPq - e estão menos inseridas em redes de contato, principalmente internacionais. Um fator que impacta diretamente nessa baixa rede de contatos é a dedicação delas à manutenção das atividades econômicas, sociais, domésticas e psíquicas de seu núcleo familiar (COELHO; ELIAS; SANTOS, 2019; MENDES; FIGUEIRA, 2017; SENA, 2018).

A desigualdade sexual ficou evidente na pré-seleção do corpo docente para o mapeamento dessas professoras pesquisadoras para o envio do *survey*. Dos 17 PPGRIs selecionados, em 2020, havia 162 homens e 88 mulheres na docência, representando 35,43%. A desigualdade persiste não apenas na quantidade, mas na importância política dos cargos. Homens costumam ocupar os postos mais elevados na hierarquia acadêmica, como diretores de Institutos e coordenadores de curso. De acordo com os sites dos PPGRIs, há 13 coordenadores homens e apenas 4 mulheres. O mesmo ocorre em relação à progressão no plano de carreira do magistério superior. Apenas duas professoras respondentes de nosso questionário estão na Classe E (professora titular), o posto mais alto na profissão, alcançado por concurso público interno de provas e títulos. A maioria (21), está na Classe D (professora associada), enquanto 7 estão na classe C (professoras adjuntas) e 6 na classe B (professoras assistentes). Além de docentes e pesquisadoras, algumas de nossas entrevistadas acumulam outras funções: 17,8% delas são editoras de revista periódica e 26,7% são coordenadoras de extensão. Em oposição a baixa ocupação dos postos anteriores, 73,3% afirmaram ser coordenadoras de grupo de pesquisa, um dado positivo.

Mudança para o EAD: um teto nem todo seu

Somente oito meses após o início da pandemia de COVID19 no Brasil começou a se desenhar um alinhamento entre os programas de ensino do ensino superior federal, com 60 das 66 universidades oferecendo aulas a distância (AGÊNCIA BRASIL, 2020). 40% de nossas entrevistadas afirmaram que suas universidades não suspenderam o calendário de aulas, 33,3% suspenderam parcialmente e 26,7% suspenderam completamente. Isso demonstra que, apesar de todas as entrevistadas vivenciarem a pandemia, suas atividades laborais foram impactadas de forma diferente. O elemento que marca essa diferença é o grau de maturidade digital das universidades em que elas estão vinculadas. Com distribuição desigual de recursos e condições materiais de trabalho distintas, alguns centros de pesquisa conseguiram uma rápida transição para o modelo EAD, ao passo que outros perderam um semestre letivo enquanto buscavam alternativas para

⁵ A ciência no Brasil ainda resiste a mudanças e é constituída majoritariamente por pesquisadores brancos, porém algumas ações têm sido feitas para mitigar essa realidade. Em 2018, 26,7% dos PPGs no Brasil tinham algum tipo de ação afirmativa para inclusão de negros, pardos e indígenas em seus processos seletivos para o ingresso de discentes à nível de mestrado e doutorado.

⁶ De acordo com Sena (2018), os valores das bolsas por mês variam entre R\$ 1.100 (no nível 2) e R\$ 2.800 (no nível 1A).

viabilizar o novo modelo. Em alguns casos, a indefinição e a ausência de soluções rápidas, somadas a paralização, resultaram em um cenário de incerteza para as pesquisadoras e instabilidade laboral, segundo relatos colhidos em nosso *survey*.

Os dados corroboram a proposição literária de Virginia Woolf sobre a necessidade básica e negada para as mulheres de terem um quarto, um espaço privado, para produzirem ciência e literatura, afirmado em seu clássico ensaio “Um Teto Todo Seu” (2014). Com a adoção do EAD, pesquisadores e pesquisadoras passaram a trabalhar em casa. A divisão geográfica do local de trabalho e de descanso deixou de existir, os lares tiveram que abarcar essa dupla função, contudo a pesquisa demonstrou que nem todos estavam estruturados para tal. Entre nossas entrevistadas, apenas 44,4% possuíam local de trabalho adequado e sem interrupções para desempenhar suas funções. Outras 26,7% podiam contar com esse espaço às vezes e outras 28,9% não possuíam espaço algum para o trabalho no formato home office. Aquelas que não possuíam espaço adequado afirmaram ter suas rotinas de trabalho comprometidas.

Em casa: condições materiais de trabalho e saúde mental

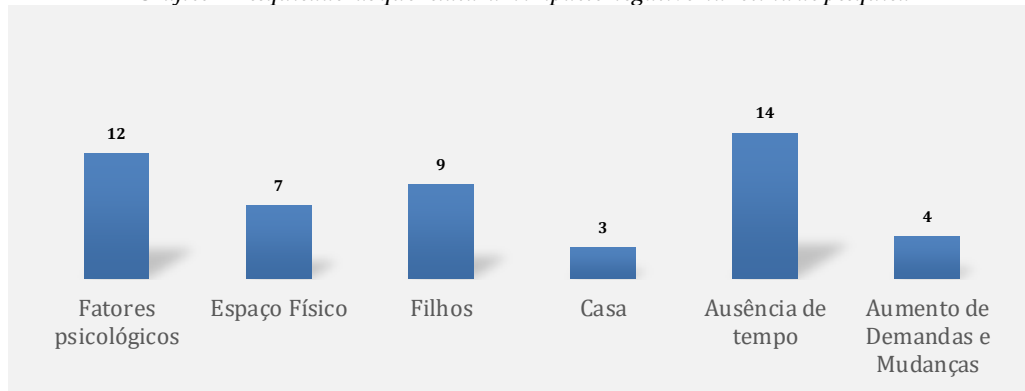
Se, para algumas, o afastamento das obrigações da docência em sala de aula significou um maior tempo para pesquisa, segundo alguns relatos, esse tempo foi pouco aproveitado devido à sobrecarga emocional do cenário de luto e incerteza coletiva, além do acúmulo de tarefas referentes ao cuidado reprodutivo. As que publicaram nesse período relataram maiores custos emocionais para manter a publicação, o abandono de outras tarefas para privilegiar a publicação, ou afirmaram que simplesmente deram sequência em trabalhos que já estavam quase finalizados.

Apenas 28,9% das professoras afirmaram que não encontraram dificuldade em conduzir suas pesquisas durante a quarentena. Todas essas relataram possuir espaço adequado e sem interrupções para desempenhar suas atividades laborais. Além disso, elas desenvolvem atividades não laborais como atividades físicas, recreativas e espirituais durante a quarentena. Dessas, 61% alegaram fazer acompanhamento terapêutico. Todas possuem dedicação exclusiva ao cargo de professoras em universidades públicas e não desempenham nenhuma outra atividade remunerada. A grande maioria (70%) não possui filhos e as 30% que possuem filhos são filhos adolescentes que, segundo as respondentes, possuem algum nível de autonomia. E, por fim, todas conseguiram dividir igualmente o trabalho com as pessoas que moram, contratam serviços de babá ou moram sozinhas e não precisam lidar permanentemente com cuidados reprodutivos de terceiros.

Por outro lado, as condições materiais foram muito diferentes para aquelas respondentes que afirmaram ter encontrado dificuldade para continuar com a rotina de pesquisa. Através do mapeamento das respostas qualitativas, evidenciamos alguns fatores. Em 12 casos, elas apontaram fatores psicológicos como concentração, dispersão e/ou incerteza como causa dessa dificuldade; em 7, falta de espaço físico adequado; em 9, necessidade de cuidar dos filhos; em 3, cuidados com a casa; em 14, falta de tempo; em 4, a alteração das condições do trabalho como interrupção de pesquisas e mais demandas (Gráfico 1). Esses fatores costumam aparecer combinados, como no relato abaixo:

“Não possuo escritório em casa. Meu trabalho é interrompido o tempo todo. Tive que dividir meu computador com meu filho até conseguir outro. Tenho mais afazeres domésticos, pois a permanência em casa é constante. Os professores passam mais tarefas para casa, o que exige mais dedicação à instrução dos filhos. Os filhos se sentem menos motivados para o estudo, e precisam de mais incentivo e acompanhamento” (Maria⁷, Professora Associada, Centro Oeste, 2 filhos/as).

⁷ Todos os depoimentos citados no artigo foram coletados por meio de formulário. Os nomes das professoras são fictícios.

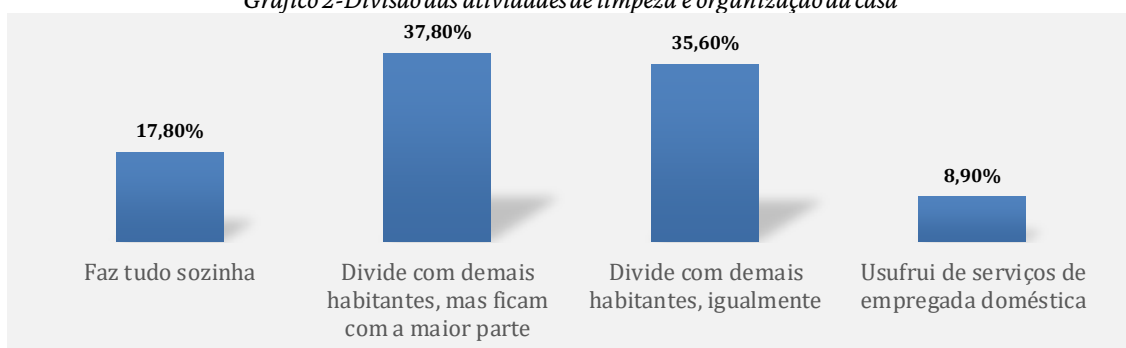
Gráfico 1-Pesquisadoras que relataram impacto negativo na rotina de pesquisa

Fonte: elaborado pelas autoras

Os dados revelaram que há uma forte correlação entre a facilidade em desempenhar pesquisa durante a pandemia e elementos como espaço físico adequado. Outros fatores de impacto são a existência de políticas equitativas de divisão de tarefas de manutenção da casa, acompanhamento terapêutico e atividades recreativas frequentes.

Trabalho doméstico e falta de tempo

A divisão de tarefas em casa foi um grande fator de desestabilização das atividades laborais dessas mulheres pesquisadoras. O questionário evidenciou que a divisão de atividades domésticas durante a quarentena recai sobre as pesquisadoras, salvo apenas os casos em que os serviços de empregada doméstica não foram interrompidos durante a pandemia. 17,8% fazem tudo sozinha; 37,8% dividem com os demais habitantes de suas casas, mas ficam com a maior parte; 35,6% dividem igualmente com as pessoas com quem moram e 8,9% contaram com o suporte dos serviços de empregada doméstica (Gráfico 2). Nenhuma entrevistada afirmou ser responsável pela menor parte das atividades de manutenção da limpeza do ambiente doméstico, nem por nenhuma atividade, demonstrando que os afazeres de trabalho reprodutivo não remunerado permanecem como uma tarefa primordialmente feminina, independentemente de seu grau de sucesso no desempenho de outras atividades remuneradas.

Gráfico 2-Divisão das atividades de limpeza e organização da casa

Fonte: elaborado pelas autoras.

Neste contexto, é possível compreender o resultado expressivo do nosso questionário sobre o tempo para atividades físicas, espirituais ou recreativas. 82,2% das respondentes afirmaram que julgam o tempo que possuem para essas atividades insuficiente. Por outro lado, a sobrecarga de atividades domésticas aparece nos discursos das pesquisadoras como a única atividade inflexível, algumas afirmam que o trabalho doméstico “nunca tem fim”, como se nunca fossem negligenciados. Contudo, as atividades recreativas e o próprio trabalho laboral são atividades que aparecem

como prejudicadas e interrompidas no discurso dessas pesquisadoras. Esses elementos, quando combinados, demonstram que, na prática, não houve alteração profunda na divisão sexual do trabalho. Mesmo nos casos em que a atividade consegue ser dividida igualmente, as respondentes afirmam que o trabalho doméstico não remunerado prejudica sua rotina de trabalho laboral remunerado. Ou seja, mesmo com a relativa divisão das atividades historicamente destinadas às mulheres e ao ambiente privado (PATEMAN, 1988), elas continuam impedindo ou limitando o desempenho das atividades das entrevistadas nos espaços públicos. O,

Maternidade

Estudos apontam que uma das maiores barreiras para as pesquisadoras avançarem nas carreiras continua sendo a *maternity wall bias*⁸ (OGDEN, 2019). O tempo dedicado aos cuidados reprodutivos nos primeiros anos da maternidade tende a reduzir a produtividade das pesquisadoras, porém isso não é levado em consideração nas métricas científicas (VAN DEN BRINK; BENSCHOP, 2012), pois esses parâmetros beneficiam os pesquisadores que, de forma geral, não são os principais cuidadores da prole, logo a disponibilidade deles para pesquisa é pouco afetada. Mesmo quando as crianças são mais velhas e menos dependentes, ainda recai sobre as mulheres a responsabilidade de conciliar a carreira e o trabalho. Ou seja, o cuidado não é visto como um trabalho social e uma responsabilidade coletiva, mas sim como uma função majoritariamente ou exclusivamente feminina. Do ponto de vista institucional, faltam creches ou outras políticas de incentivo, como o reembolso dos custos com cuidados infantis quando as mães levam os filhos para conferências de trabalho (MONROE et al., 2008). Somente em 2021, após a luta de diversas pesquisadoras, a licença maternidade pôde ser incluída na plataforma Lattes (OLÍMPIO, 2021).

Em nossa pesquisa, 57,8% das pesquisadoras declararam ser mães e habitar com seus filhos e filhas, a maioria entre as idades de 2 – 7 anos. A maternidade e os cuidados reprodutivos destinados às crianças foram percebidos como negativo por 69,2% delas. Os dados apontam a idade dos filhos como o principal fator de diferença entre as mães que conseguem bons índices de produtividade acadêmica daquelas que não possuem condições de conciliar tarefas com produção acadêmica. As mães de filhos e filhas adolescentes relatam o maior grau de autonomia deles como um fator que facilita a rotina da casa, enquanto outras afirmam que o preparo da comida e a necessidade de monitoramento das aulas EAD das crianças ocupam o tempo que poderia ser dedicado à pesquisa. Abaixo, seguem alguns relatos que materializam as condições de trabalho de mães pesquisadoras:

“Tive que interromper totalmente a minha pesquisa de pós-doutorado para acompanhar o ensino à distância da minha filha de 5 anos e para cuidar de sua alimentação, bem estar (sic) emocional, etc., já que o meu marido não pôde interromper o seu trabalho” (Rita, Professora Associada, Sudeste, 1 filho/a).

“Redução expressiva no tempo disponível para pesquisa e produção de artigos. Atividades de aula, seminários e administrativas seguem igual” (Ana, Professora Assistente, Sudeste, 1 filho/a).

“Além de professora da graduação e pós-graduação, assumi o ensino infantil e fundamental” (Carla, Professora Associada, Sudeste, 2 filhos/as).

Orientações: o efeito colateral da sobrecarga

No que tange a orientações, 64,4% afirmaram que as orientações foram “um pouco prejudicadas” e 17,8% afirmaram que as orientações foram prejudicadas “drasticamente”. Na visão dessas pesquisadoras e docentes, a realidade de quarentena teve efeito negativo para os orientandos. Cabe mencionar ainda que 92,3% das respondentes do questionário que alegaram não possuir dificuldades com a rotina de pesquisa alegaram que as orientações de seus alunos e alunas de mestrado e doutorado foram afetadas. O dado demonstra que, mesmo com boas condições de trabalho e bons arranjos na

⁸ O termo em inglês, numa tradução livre, significaria “uma muralha de preconceito com as mães”

divisão de tarefas e em seus tempos pessoais, dispondo ainda de acompanhamento terapêutico, algumas de suas atividades de pesquisa foram prejudicadas.

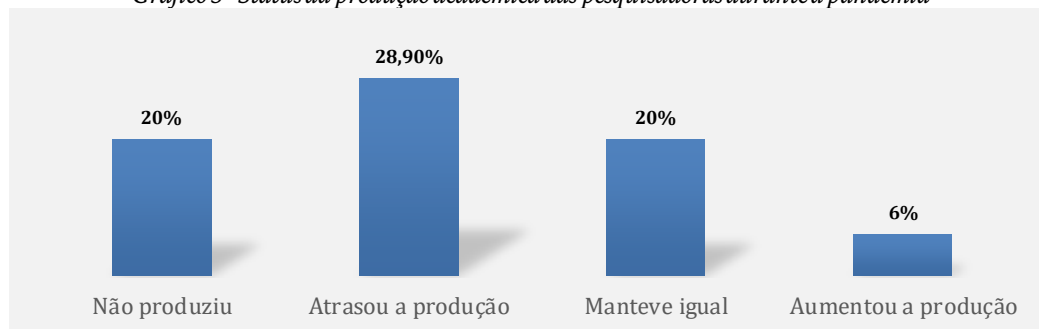
Esses dados evidenciam que o impacto na qualidade de vida e na produção laboral de professoras de PPGRIs cria um efeito cascata ao prejudicar o processo de formação de jovens pesquisadores e pesquisadoras. É interessante que, mesmo no melhor dos cenários, houve algum aspecto da pesquisa e da rotina acadêmica que foi prejudicado, nesse caso, a pesquisa das gerações mais novas. Cabe ressaltar que a pergunta se refere à percepção pessoal das orientadoras em relação a suas orientações, portanto os impactos dessas circunstâncias adversas podem revelar-se ainda maiores caso seja conduzida uma pesquisa com as alunas de pós-graduação. Saraiva, Oliveira e Morejon (2020) demonstram que essa tendência tende a ser verdadeira, principalmente nos casos nos quais as orientandas fariam pesquisa de campo.

Produção Acadêmica: o preço da publicação

Os efeitos negativos do cenário de desigualdade de gênero impactaram, em níveis diferentes, a produção e a divulgação de conhecimento científico. 80% das respondentes mantiveram a escrita de artigos ou capítulos de livros nos primeiros meses de pandemia, com atrasos no cumprimento de prazos, mas o preço de manutenção desse ritmo foi alto. As publicações bem-sucedidas foram acompanhadas de cansaço mental e físico, intensificados pelo acúmulo de jornadas e ausência de condições espaciais de trabalho.

A maioria das respondentes continua trabalhando na quarentena, mas em compasso diferente. 20% não conseguiram produzir, 28,9% estavam atrasadas, 20% mantiveram o mesmo ritmo e 6% aumentaram a produção nesse período. Dessas, 24,4% submeteram um ou mais artigos/capítulos de livros e 15,6% iniciaram um novo artigo (Gráfico 3). Quando a continuidade da escrita foi possível, isso se deu porque muitas dessas pesquisas estavam em processo de finalização. Nesse sentido, 24,4% submeteram artigos ou capítulos de livros que estavam quase prontos e 6% seguiram o planejamento de escrita. No que tange a inovação, apenas 7% iniciaram uma publicação nova e inédita.

Gráfico 3- Status da produção acadêmica das pesquisadoras durante a pandemia



Fonte: elaborado pelas autoras.

Os esforços dessa produção, no entanto, foram altos. A cobrança por publicações, a preparação de aulas online, as demandas administrativas e burocráticas impactaram drasticamente a execução do serviço. As horas dedicadas ao trabalho aumentaram e prejudicaram, em alguma medida, a qualidade. Os desgastes desses primeiros meses de pandemia ficam evidentes quando analisamos as respostas qualitativas:

“Embora tenha tido mais tempo para acabar com artigos anteriores e produzir novos, considero que minha pesquisa se viu afetada pelas condições externas na qualidade dela já que teve que repensar muitas abordagens que vinha desenvolvendo na pré-pandemia” (Antônia, Professora Colaboradora, Sudeste, Sem filhos/as).

“As demandas inesperadas para produção de artigos/capítulos aumentaram, assim como outras tarefas (aulas remotas com preparação de materiais no modelo virtual; bancas; pareceres; orientações de IC, Mestrado, Monitoria; reuniões de departamento e de colegiado; elaboração de projetos de pesquisa; webnários, etc.). Ainda que esteja produzindo mais, a quantidade de horas vem excedendo o exigido, o que produz exaustão física e mental” (Paula, Professora Associada, Nordeste, Sem filhos/as).

Segundo relatos, os primeiros meses de quarentena foram extenuantes para aquelas que deram continuidade às pesquisas em andamento. O fechamento do lugar de trabalho e a adaptação à modalidade online tomaram horas de dedicação que antes estavam incorporadas no tempo da pesquisa. Também a cobrança por abordar novos temas e atender aos eventos no formato online que marcaram o primeiro ano de pandemia pressionaram as docentes por maiores participações, sugando os esforços que eram destinados à formação de conhecimento, conforme relatos. Ao atenderem às novas solicitações, as docentes acabaram sendo prejudicadas no setor que mais impacta a pontuação e o reconhecimento de seus trabalhos para a progressão na carreira: a publicação científica.

Conclusão

A pandemia acelerou diversos processos em curso nas universidades brasileiras e acentuou o peso da desigualdade sexual na divisão de papéis e nas atividades relativas ao trabalho reprodutivo sobre a produtividade das docentes de Relações Internacionais. A falta de um ambiente de trabalho adequado, as obrigações atribuídas de forma desigual para elas, como o lar e a maternidade, e o trabalho acadêmico exigiram mais esforços para atender aos projetos propostos antes da pandemia. Nosso estudo apontou que a maioria seguiu com as publicações, mas que isso exigiu um esforço exaustivo para sua concretização. Com isso, o cansaço mental e físico foi intensificado ao incorporar novas demandas laborais, como a participação em seminários online, bancas de defesas, entrevistas e colaboração para novas pesquisas, especialmente aquelas que abordavam a temática pandemia e doenças. Funções como orientação foram prejudicadas, indicando que a falta de incentivo e apoio às mulheres pesquisadoras compromete o sistema de pós-graduação em Relações Internacionais como um todo.

Em março de 2020, a pandemia era percebida pelo governo brasileiro como algo passageiro e as instituições não foram preparadas para o cenário que estava por vir. Os dados desse primeiro ano apontam que as adequações à nova realidade foram feitas de forma improvisada e com recursos limitados (CARDIAL, 2020; PALHARES, 2020). Sem um planejamento a longo prazo e medidas adequadas para estabelecer uma rotina de trabalho ajustada à nova realidade, as respostas para os problemas e desafios apresentados pelo novo contexto foram individualizadas e recaíram de forma redobrada sobre as mulheres. Cada universidade adotou o próprio calendário e protocolo, tendo reflexos na comunidade docente e discente. As pesquisadoras e docentes tiveram as suas jornadas ampliadas, tanto no trabalho assalariado - que há algum reconhecimento social - quanto no não-remunerado, doméstico e reprodutivo - invisibilizado.

A pandemia agravou a crise econômica, política, social e educacional no Brasil. Neste período, políticas de cortes de investimentos em universidades e ataques à ciência, em especial na área das ciências humanas, área com maior concentração de mulheres, ganharam força (G1, 2019; PIRES, 2020; MARTINS, 2021; PEREIRA, 2021). Com menos de 1 bilhão de reais, há a possibilidade de que algumas universidades federais fechem as portas por falta de recursos em 2021 (MARTINS, 2021). As reduções orçamentárias também atingiram as três principais entidades financiadoras de pesquisa no Brasil, o CNPq, a CAPES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Em 2015, somadas, elas receberam 13,97 bilhões de reais, em 2020, só obtiveram 5 bilhões (WESTIN, 2020). Na prática, bolsas de pesquisa deixarão de existir ou de serem pagas. O ataque estrutural ao sistema educacional impacta diretamente as condições de trabalho, pesquisa e docência das pesquisadoras de forma desigual, pois, conforme demonstramos, as universidades deveriam ir na contramão do cenário atual e adotarem políticas que mitiguem as disparidades de gênero na academia. Entretanto, a tendência é de aprofundamento dessa realidade, o que pode acarretar a “fuga de cérebros” (SILVEIRA, 2020).

A pesquisa possibilitou uma fotografia do presente que sinaliza um desafio futuro. É difícil mensurar o impacto que o cenário descrito nesse artigo representará sobre a posição das mulheres docentes e pesquisadoras nos espaços de produção de conhecimento científico, mas pode-se afirmar que seus efeitos danosos serão sentidos ao longo dos anos. Um lugar que já era ocupado por elas de forma instável e sujeito a atravessamentos e desafios desproporcionais quando comparado com seus pares masculinos. Mais estudos são necessários para avaliar os efeitos da pandemia sobre as pesquisadoras no longo prazo.

Referências

- BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior distribuição e representatividade. FLASCO Brasil, Rio de Janeiro, **Cadernos do GEA**, n. 6, jul./dez. 2014. ISSN 2317-3246 Disponível em < https://flasco.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf>. Acesso em 23/03/2021.
- BACCARINI, Mariana Pimenta Oliveira; MINILLO, Xaman Korai; ALVES, Elia Elisa Cia. Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 2, p. 365-396, 2019.
- CANDIDO, Marica Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. **Blog da Revista Dados**, Rio de Janeiro, 14 mai. 2020. Disponível em <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/> Acesso em 20/04/2021
- CARDIAL, Ilana. **Aulas estão suspensas em todas as 69 universidades federais do país**. APUFSC, Florianópolis, 20 mar. 2020. Disponível em Disponível em <https://www.scielo.br/j/cint/a/FRBqCszNmQXCjngrZGh3cbD/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 21/09/2021.
- COELHO, André; ELIAS, Ivi; SANTOS, Vinícius. A participação das mulheres na produção acadêmica da área de Relações Internacionais no Brasil. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, Vol. 10, 2019. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/37384>. Acesso em 20/04/2021.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, apr. 2013.
- CNPQ **Segundo o site do CNPq**. Publicado em 17/12/2020 https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/copy_of_modalidades
- DERYUGINA, Tatyana; SHURCHKOV, Olga; STEARNS, Jenna. COVID-19 Disruptions Disproportionately Affect Female Academics. **NBER Working Paper Nº 28360**, Janeiro de 2021. Disponível em https://www.nber.org/system/files/working_papers/w28360/w28360.pdf?utm_campaign=PANTHEON_STRIPPE&utm_medium=PANTHEON_STRIPPE&utm_source=PANTHEON_STRIPPE Acesso em 20/04/2021
- CORTIJO, Paloma Alcalá. SEDEÑO, Eulalia Pérez. **Ciencia y Genero**. Madrid: Editorial Complutense. 2001
- CRASNOW, S; WYLIE, W; BAUCHSPIE, K; POTTER, E. Feminist perspectives on science. In E N Zalta (ed), **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2015. Disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/feminist-science/> (acessado em 15/07/2021)
- CURB, Rosemary. Nancy, MANAHAN. **As freiras lésbicas: rompendo o silêncio**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 1988.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019
- G1. **Bolsonaro diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia**. Publicado por G1 em 26/04/2019 . Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml> Acesso em 26/04/2021.
- MALINIAK, D; POWERS, R; WALTER, B. The gender citation gap in International Relations. **International Organization** 67 (4), 2013. ¹¹_{SEP}
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Brasil, [ca 2021]. Disponível em <https://emec.mec.gov.br/> . Acesso em 19/04/2021.
- MARTINS, Thays. Além da UFRJ, outras universidades correm o risco de fechar por falta de verba. **Correio Braziliense**. Brasília. 12 mai. 2021. Disponível <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2021/05/4923926-alem-da-ufrj-outras-universidades-correm-o-risco-de-fechar-por-falta-de-verba.html>. Acesso 13/07/2021.
- MITCHELL, Sara M.; LANGE, Samantha; BRUS, Holly. Gendered Citation Patterns in International Relations Journals. **International Studies Perspectives**. 2013. 14, 485-492. doi: 10.1111/insp.12026
- MONROE, Kristen; OZYURT, Saba; WRIGLEY, Ted; ALEXANDER, Amy. Gender equality in Academia: Bad News from the Trenches, and Some Possible Solutions. **Perspectives on Politics**. Junho 2008. Vol. 6/No. 2. doi:10.1017/S1537592708080572

OGDEN, Lesley E. Working mothers face a ‘wall’ of bias—but there are ways to push back. Publicado na **Science Mag** em 10/04/2019. Disponível em <https://www.sciencemag.org/careers/2019/04/working-mothers-face-wall-bias-there-are-ways-push-back>. Acesso em 03/05/2021.

OLÍMPIO, Victória. CNPq inclui campo licença-maternidade no Currículo Lattes. Publicado no **Correio Braziliense** em 08/04/2021. Disponível em <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/04/4917023-cnpq-inclui-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes.html> Acesso em 26/04/2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher - CEDAW**. 18 dez. 1979.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres**. 20 dez. 1993. Acesso em 03/05/2021.

PALHARES, Isabela. 60% das universidades federais rejeitam ensino a distância durante quarentena. Publicado **Folha de São Paulo** em 31/03/2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/60-universidades-federais-rejeitam-ensino-a-distancia-durante-quarentena.shtml?origin=uol> Acesso em 03/05/2021.

PARENTS IN SCIENCE. **Produtividade Acadêmica Durante A Pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade**. Publicado em 03/07/2020. Disponível em https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em 28/04/2021.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Aline. CNPq de Bolsonaro exclui Ciências Humanas e Sociais da concessão de bolsas PIBIC. Publicado em **ADUFF** em 30/04/2020. disponível em <http://aduff.org.br/site/index.php/noticias/noticias-recentes/item/4071-cnpq-de-bolsonaro-exclui-ciencias-humanas-e-sociais-da-concessao-de-bolsas-pibic> Acesso em 25/04/2021.

PIRES, Breiller. Ciência brasileira sofre com cortes de verbas e encara cenário dramático para pesquisas em 2021. Publicado no **El País** em 30/12/2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-31/ciencia-brasileira-sofre-com-cortes-de-verbas-e-encara-cenario-dramatico-para-pesquisas-em-2021.html>. Acesso em 25/04/2021.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Cursos avaliados e reconhecidos em Ciência Política e Relações Internacionais**. Brasil. [ca 2021]. Disponíveis em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.js?areaAvaliacao=39&areaConhecimento=70900000>. Acesso em 18/04/2021.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existências lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2018.

ROSSI, Alice. Women in science: why so few? **Science**, v.148, n.3674, p.1196-1202, 1965

SANTOS, Norma e FONSECA, Fúlvio (2009). A Pós-Graduação em Relações Internacionais No Brasil. **Contexto internacional**. vol.31 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292009000200005&script=sci_arttext Acesso em 23/03/2021.

SARAIVA, Illyushin Z.; OLIVEIRA, Nadja S. M. N.; MOREJON, Camilo F. M. Impactos Das Políticas De Quarentena Da Pandemia Covid -19, Sars-Cov-2, Sobre A Ct&I Brasileira: Prospectando Cenários Pós-Crise Epidêmica. **Cadernos de Prospecção**, UFBA, V. 13, N. 2 COVID-19, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36066/20939>. Acesso em 24/04/2021.

SENA, Victor. Elite da pesquisa científica no Brasil é masculina. Publicado no **Estado** em 11/12/2018. Disponível em <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/elite-da-pesquisa-cientifica-no-brasil-e-masculina> Acesso em 25/04/2021.

SEDEÑO, Eulalia Pérez. Conocimiento y Educación Superior desde la perspectiva de género: Sociología, políticas públicas e epistemología. **Revista ArtefactOS: revista del Instituto de la Ciencia y la Tecnología**, 2018. Volume I, n 1, p.121-142

SILVA, Vitória R. Sem políticas nacionais afirmativas para a pós, pesquisadoras negras ainda vivenciam a ciência branca. **Brasil: Open Box da Ciência**, [ca 2020]. Disponível em <http://www.openciencia.com.br/pesquisadoras-negras/> Acesso em 26/04/2021

SILVEIRA, Evanildo. Fuga de cérebros: os doutores que preferiram deixar o Brasil para continuar pesquisas em outro país. Publicado na **BBC News Brasil** em 18/01/2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51110626> cesso em 28/04/2021

SQUAZZONI, Flaminio; BRAVO, Giangiacomo; GRIMALDO, Francisco; GARCIA-COSTA, Daniel; FARJAM, Mike; MEHMANI, Bahar, Only Second-Class Tickets for Women in the COVID-19 Race. A Study on Manuscript Submissions and Reviews in 2329 Elsevier Journals. **SSRN**, October 16, 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3712813>. Acesso em 20/04/2021

TABAK, Fanny. **O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

TABAK, Fanny. Apesar dos avanços – Obstáculos ainda persistem. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, vol 3, n 11, 2007. pp. 9-20.

VAN DEN BRINK, Marieke; Benschop, Yvonne. Slaying the Seven-Headed Dragon: The Quest for Gender Change. **Gender, Work and Organization**. Vol. 19 No. 1 Janeiro, 2012

WESTIN, Ricardo. Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. Publicado na **Agência Senado** em 25/9/2020. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais> Acesso em 25/04/2021.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Funções de colaboração exercidas

<i>Beatriz Azevedo Coutinho:</i>	<i>Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);</i>
<i>Laira Rocha Tenca:</i>	<i>Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);</i>
<i>Cecília Soares Mombelli:</i>	<i>Curadoria de dados; Administração do projeto; Análise formal; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);</i>

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CReDiT\)](#)